



ACÓRDÃO Nº2129/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº13467/2021.

Apenso: Processo nº 13497/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Secretária Municipal de Infraestrutura – SEMINF

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Hissa Nagib Abrahão Filho (Gestor) e Luiz Filho Silva Borges (Gestor).

6- Advogado: Júlio César de Almeida Lorenzoni - OAB/AM 5545

7- Unidade Técnica: DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5028/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF. Exercício de 2013.

Reconhecimento. Irregularidade. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Reconhecer a ocorrência da prescrição, em favor dos **Srs. Hissa Nagib Abrahão Filho e Luiz Filho Silva Borges**, com fulcro no que dispõe o §4º do art. 40 da Constituição do Estado do Amazonas de 1989, razão pela qual afasto as pretensões punitiva e ressarcitória do Estado em decorrência do ajuste;

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF, exercício 2013, sob a responsabilidade do **Sr. Hissa Nagib Abrahão Filho** – Secretário da SEMINF no período de 01.01.2013 a 15.12.2013 – e do **Sr. Luiz Filho Silva Borges** – Secretário da SEMINF no período de 16.12.2013 a 31.12.2013;

10.3. Dar ciência aos **Srs. Hissa Nagib Abrahão Filho e Luiz Filho Silva Borges**, pessoalmente e por meio de seus advogados constituídos, acerca do *decisum* exarado por este Tribunal Pleno.



ACÓRDÃO Nº2129/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Vencida a proposta de voto do Auditor-Relator que votou pelo Reconhecimento da Prescrição, Ciência e Arquivamento a qual foi acompanhada pelo Conselheiro Mario Manoel Coelho de Melo.

11- Ata: 33ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Setembro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

13.2. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro Redator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral